

Felipe Lazzari da Silva

**PARA UMA CRÍTICA DA RAZÃO FASCISTA
NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO**



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Izabela Eid

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de

Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional

da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

S588

Silveira, Felipe Lazzari da

**Para uma crítica da razão fascista no processo
penal brasileiro / Felipe Lazzari da Silveira. –**

1.ed.- São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021.

256 p.

ISBN: 978-65-5908-144-8

**1. Processo penal brasileiro. 2. Fascismo. 3.
Autoritarismo. I. Título.**

CDU: 343.1(81)

Bibliotecária: Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio I	11
Prefácio II	16
Introdução	18
Capítulo I: As ideias autoritárias no campo da justiça penal: a arte de criar novos discursos para relegitimar o legado inquisitorial	26
1.1 A inquisição e seus paradigmas	26
1.2 A escola clássica e os primeiros passos rumo a uma nova economia da punição: a tradição jurídico-penal liberal e o legado inquisitório	37
1.2.1 Cesare Beccaria e a relegitimização do poder punitivo estatal de acordo a perspectiva liberal burguesa	47
1.2.2 O mito da defesa social: Gian Domenico Romagnosi e o marco da Criminologia Etiológica	52
1.2.3 Francesco Carrara e a sistematização da tradição jurídico-penal liberal: o inconsciente inquisitório na matriz garantista	56
1.3 Eternizando a inquisição: a escola positiva e a consolidação da ideologia da defesa social no campo da justiça penal	61
1.3.1 A construção do inimigo perfeito: Cesare Lombroso e a cientifização do esteriótipo do delinquente	68
1.3.2 Enrico Ferri e a introdução da criminologia etiológica positivista no campo jurídico-penal	73
1.3.3 Por um processo penal autoritário e pragmático: o retrocesso inquisitório em Raffaele Garofalo	79
1.4 La terza scuola di diritto penale e o liberalismo reacionário: o ecleticismo penal e a via aberta para o tecnicismo jurídico	84
Epítome do capítulo	90
Capítulo II: O fascismo e a penalística italiana no século xx: o tecnicismo jurídico e a entronização dos paradigmas inquisitórios no processo penal....	92
2.1 Autoritário, sincrético e pragmático: breves apontamentos sobre o fascismo histórico	93
2.2 O fascismo na forma de regime político e a radicalização do autoritarismo no campo da justiça penal	102
2.3 <i>Il diritto del duce</i> : a consolidação da supremacia dos interesses estatais-coletivos sobre os direitos individuais	109

2.4 Do paradigma etiológico ao paradigma da eficiência repressiva: a (possível) coexistência das escolas penais e a involução autoritária no campo penal	118
2.5 O tecnicismo jurídico: o processo penal a serviço do fascismo	126
2.6 O Codice Rocco e a reatualização dos paradigmas inquisitórios no campo processual penal	136
2.7 A racionalidade tecnicista-fascista como obstáculo à democratização do processo penal italiano.....	149
Epítome do capítulo.....	161
Capítulo III: Os influxos da razão tecnicista-fascista no processo penal brasileiro.....	163
3.1 O pensamento autoritário brasileiro e a consolidação de um ambiente propício à recepção da racionalidade tecnicista-fascista no campo processual penal.....	163
3.2 O Estado Novo brasileiro e a fascistização do campo político-criminal ...	172
3.3 O CPPB de 1941 e a introjeção da racionalidade tecnicista-fascista no processo penal brasileiro	183
3.4 O legado tecnicista-fascista como obstáculo à democratização do processo penal brasileiro: uma breve análise dos projetos de reforma e das reformas parciais da legislação processual	195
3.5 A racionalidade tecnicista-fascista no contexto neoliberal: perspectivas sobre a radicalização do autoritarismo no processo penal brasileiro	213
Epítome do capítulo.....	236
Conclusões.....	237
Referências.....	242